ISSN 1981-416X
https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.090.AO03

CC BY

ISSN

Artigo

Revista
Diálogo
Educacional

PUCPRESS

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional

A inserção profissional de egressos da licenciatura em Computação e os desafios à retenção na carreira docente

The professional insertion of graduates from a degree in computing and the challenges to retention in the teaching career

La inserción profesional de los egresados de la carrera de informática y los desafíos de la retención en la carrera docente

Railda Maria Bispo de Jesus [a]
Simões Filho, BH, Brasil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

José Ângelo Gariglio [b]
Belo Horizonte, MG, Brasil
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Como citar: JESUS, R. M. B. de; GARIGLIO, J. Ângelo. A inserção profissional de egressos da licenciatura em Computação e os desafios à retenção na carreira docente. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 90, p. 1865-1880, jul./set. 2026. https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.090.AO03

Resumo

O presente artigo é parte de uma pesquisa de doutorado, realizada entre 2018-2022, que se destinou a analisar trajetórias de inserção profissional de licenciados para educação profissional e tecnológica (EPT). Com foco sobre a Licenciatura em Computação, apresentamos, neste trabalho, recorte dos achados dessa pesquisa, com o objetivo de analisar e compreender as condições de entrada na carreira docente destes profissionais, explorando aspectos outros como as ocupações disponíveis, os desafios e percepções desse processo. O estudo realizado foi de caráter qualitativo e descritivo e, no que aos

[a] Professora, doutora e mestre em educação, e-mail: raildamaria@yahoo.com.br
[b] Doutor e mestre em Educação, e-mail: angelogariglio@hotmail.com

resultados aqui expostos, contou com a participação de cinco egressos do curso em questão. Os dados de pesquisa foram construídos a partir de informações obtidas por um questionário, que continha perguntas abertas e fechadas. A pesquisa traz como fundamentação teórica estudos que investigam egressos de cursos de licenciatura, formação/profissão docente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Licenciatura em Computação (LC). Os dados da nossa pesquisa apontam para desafios e limitações singulares no processo de inserção profissional de licenciados em Computação, entre os quais, as baixas expectativas de permanência desses profissionais no magistério, dada a escassez de funções docentes e a cultura de contratação de bacharéis e/ou técnicos da área em questão, em substituição a profissionais licenciados para EPT. Nossos achados apontam para a necessidade de implementação de um conjunto de políticas de formação, valorização e regulação da docência no Brasil, dentre as quais: melhoria da remuneração docente, aperfeiçoamento das carreiras profissionais do magistério, condições de trabalho mais dignas e, no caso da EPT, regulamentação do exercício, de modo a favorecer a inserção profissional de egressos de cursos de licenciatura para esta modalidade de ensino.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Inserção profissional. Licenciatura em Computação. Egressos.

Abstract

This article is part of a doctoral research project conducted between 2018-2022, which aimed to analyze the professional insertion trajectories of graduates from teacher education programs for Professional and Technological Education (PTE). Focusing on the Computer Science Teacher Education degree program, this paper presents a subset of the findings from that research, with the objective of analyzing and understanding the conditions under which these professionals enter the teaching profession, while also exploring related aspects such as available occupations, challenges, and perceptions associated with this process. The study adopted a qualitative and descriptive approach and, regarding the findings presented here, involved the participation of five graduates from the aforementioned program. Research data were generated from information collected through a questionnaire containing both open-ended and closed-ended questions. The theoretical framework was based on studies investigating graduates of teacher education programs, teacher education and the teaching profession in Professional and Technological Education (PTE), and Computer Science Teacher Education programs. The findings reveal specific challenges and limitations in the professional insertion process of Computer Science teacher graduates. Among these are the low expectations regarding long-term permanence in the teaching profession, due to the limited availability of teaching positions, as well as the prevailing practice of hiring bachelor's degree holders and/or technical professionals from the field in place of licensed teachers specifically trained to work in Professional and Technological Education.The results highlight the need for the implementation of a comprehensive set of policies aimed at teacher education, professional recognition, and regulation of the teaching profession in Brazil. These policies include improving teacher salaries, strengthening teaching career structures, ensuring more dignified working conditions, and, in the specific context of Professional and Technological Education, regulating professional practice in ways that promote the professional insertion of graduates from teacher education programs into this educational modality.

***Keywords**: Professional and Technological Education. Professional insertion. Degree in Computing. Graduates.*

Resumen

El presente artículo forma parte de una investigación doctoral realizada entre 2018 y 2022, cuyo objetivo fue analizar las trayectorias de inserción profesional de egresados de programas de formación docente para la Educación Profesional y Tecnológica (EPT). Centrado en la Licenciatura en Computación, este trabajo presenta un recorte de los hallazgos de dicha investigación, con el propósito de analizar y comprender las condiciones de ingreso a la carrera docente de estos profesionales, explorando además aspectos como las oportunidades laborales disponibles, los desafíos enfrentados y las percepciones construidas en torno a este proceso. El estudio adoptó un enfoque cualitativo y descriptivo y, en relación con los resultados aquí expuestos, contó con la participación de cinco egresados del programa mencionado. Los datos de la investigación fueron construidos a partir de la información obtenida mediante la aplicación de un cuestionario compuesto por preguntas abiertas y cerradas. El estudio se fundamenta teóricamente en investigaciones sobre egresados de programas de formación docente, formación y profesión docente en la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), así como en la Licenciatura en Computación. Los resultados de nuestra investigación evidencian desafíos y limitaciones particulares en el proceso de inserción profesional de los licenciados en Computación. Entre ellos destacan las bajas expectativas de permanencia de estos profesionales en la docencia, debido a la escasez de puestos de trabajo docentes, así como la práctica recurrente de contratación de profesionales con título de grado y/o técnicos del área en sustitución de docentes con formación pedagógica específica para actuar en la EPT. Nuestros hallazgos ponen de manifiesto la necesidad de implementar un conjunto de políticas orientadas a la formación,

valorización y regulación de la profesión docente en Brasil. Entre ellas se destacan la mejora de la remuneración docente, el fortalecimiento de las carreras profesionales del magisterio, la garantía de condiciones de trabajo más dignas y, en el caso específico de la Educación Profesional y Tecnológica, la regulación del ejercicio profesional docente, de manera que se favorezca la inserción laboral de los egresados de programas de formación docente destinados a esta modalidad educativa.

***Palabras clave**: Educación Profesional y Tecnológica. Inserción profesional. Licenciado en Informática. Egresados.*

Introdução

Os estudos sobre profissão docente têm mostrado que a conclusão do curso de licenciatura não significa o nascimento definitivo de um novo professor. Pelo contrário: o processo de desenvolvimento profissional docente é contínuo e parte significativa da formação dos professores se dará via experiências que a profissão pode proporcionar. Nesse sentido, condições materiais de trabalho, carreira e condições salariais (Gatti, 2009); tipos de vínculos institucionais e contingências das "escolhas" por locais de trabalho (Gatti & Barreto, 2009; Tartuce et. al., 2010); acesso a políticas de formação continuada que favoreçam a continuidade do processo de desenvolvimento profissional docente (García, 2009; André, 2015); e políticas de indução profissional que ajudem docentes iniciantes no enfrentamento do choque da realidade (García & Vaillant, 2017) são fatores que, dentre tantos outros que estão presentes no desenvolvimento da carreira docente, tornam imprescindível conhecer a profissão com a necessária profundidade para avançar em proposições de políticas de formação e valorização profissional.

Nesse contexto, torna-se fundamental debruçar-se sobre as trajetórias de inserção profissional docente, a fim de compreender, de forma mais aprofundada, desafios, possibilidades e especificidades que permeiam o exercício da profissão. Tal compreensão é ainda mais relevante quando se trata de licenciados em áreas historicamente relegadas a segundo plano nas pesquisas educacionais, como a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Se ainda são limitados os estudos que abordam a inserção e a permanência de professores de etapas da Educação Básica (EB), historicamente, consolidadas, mais escassas são as investigações voltadas para os profissionais formados para atuar na EPT.

A EPT, no Brasil, tem sido marcada pela carência de profissionais licenciados para atuação na área. Desde seus primórdios no país, os docentes para disciplinas técnicas são recrutados entre profissionais das áreas a que se referem os cursos oferecidos, com base em seus conhecimentos técnicos e/ou em sua prática profissional. De modo geral, são profissionais que não têm formação pedagógica que fundamente sua atividade docente, de modo que os procedimentos que utilizam em salas de aula, oficinas e/ou laboratórios resultam de leituras realizadas por conta própria, improvisações e conhecimentos derivados da experiência em outras áreas de atuação (Ferreti, 2010). Assim, pode-se afirmar que a formação docente para EPT é marcada pela falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas (Machado, 2008), favorecendo a seleção de profissionais com exclusiva experiência laboral, desenvolvida, muitas vezes, no "chão de fábrica" (Costa, 2016).

Assim, disseminou-se a compreensão de que *aquele que sabe fazer é capaz de ensinar* (Silva Júnior & Gariglio, 2014), uma lógica que faz acreditar ser desnecessária a formação de professores para a modalidade da EPT, produzindo como efeito principal o que autores do campo do trabalho e da educação têm denominado de *política de não formação docente* para área (Machado, 2008; Peterossi, 1992, 1994).

Dessa forma, analisar percursos formativos e profissionais docentes dessa modalidade de ensino é desvelar aspectos inerentes ao processo de constituição da identidade e da inserção docente na carreira para uma modalidade de ensino marcada por especificidades históricas, políticas e pedagógicas.

A marginalidade histórica da EPT colocou essa modalidade, também, longe dos olhares de pesquisadores, gerando repercussões na produção de pesquisas sobre a formação de professores para este campo de atuação. Uma das lacunas reiteradas e evidenciadas nas investigações do estado da arte sobre formação de professores tem sido a escassez de estudos e pesquisas em relação à formação de professores para a educação profissional e tecnológica, se compararmos à produção oriunda das pesquisas voltadas para os outros professores da educação básica (Sousa & Moura, 2019; Gariglio & Burnier, 2014). Esse dado reforça a necessidade de se avançar em pesquisas que compreendam melhor as ações de formação inicial e continuada de professores para EPT no país, como também os meandros da inserção profissional de professores licenciados para tal modalidade de ensino.

Nesse horizonte de preocupação, o presente artigo relata parte dos achados de uma pesquisa de doutorado que buscou conhecer as trajetórias de inserção profissional de licenciados em Computação e Eletromecânica, todos eles egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). A parte dessa pesquisa relatada neste artigo trata das trajetórias de inserção profissional de cinco egressos do curso de Licenciatura em Computação.

Cabe destacar que as discussões aqui apresentadas são atravessadas por aproximações e contrastes entre etapas da educação básica, especificamente, o ensino fundamental e o ensino médio, e a modalidade da Educação

Profissional e Tecnológica (EPT). Qualquer comparação apresentada não pretende estabelecer uma relação de concorrência entre os contextos formativos em questão, mas tem como única finalidade evidenciar as expressivas desigualdades históricas relacionadas à atenção e aos investimentos públicos destinados a cada um desses campos educacionais, que espelham os distintos processos de valorização institucional, financiamento e formulação de políticas públicas, o que pode produzir condições distintas para a formação e a atuação docente em cada um desses cenários.

A pesquisa que realizamos pode ser caracterizada como de cunho qualitativo, de natureza descritiva e valeu-se de dados obtidos mediante a aplicação de questionário semiestruturado. A estrutura do presente trabalho está assim dividida: a primeira seção aborda os temas sobre egressos de cursos de licenciatura, evidenciando licenciados para EPT, explorando o tema sob a perspectiva conceitual e problematizando-o; a segunda seção traz alguns apontamentos sobre a formação docente em Computação, dando luz a algumas especificidades dessa formação; a terceira seção discorre sobre os procedimentos metodológicos desenvolvidos na pesquisa; a quarta seção apresenta subseções que tratam dos dados coletados na pesquisa e das análises que foram construídas sobre eles; a quinta e última seção apresenta algumas considerações e conclusões provisórias sobre o nosso trabalho.

Estudos sobre egressos de licenciaturas para EPT: um tema lacunar

Os estudos sobre egressos (Paul, 2015) indicam que esses sujeitos guardam importantes informações sobre os processos formativos pelos quais passaram, sendo capazes de oferecer elementos de análise para se compreender melhor o impacto da formação profissional que obtiveram, tendo como parâmetro de avaliação os desafios postos pelo mundo do trabalho. Segundo Paul (2015), estudos sobre egressos têm recebido baixa atenção das pesquisas no Brasil, mesmo após a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 2004, que instituiu o acompanhamento dos egressos como um dos indicadores de avaliação das instituições de educação superior. Simon & Pacheco (2017) confirmam que não existe, no país, uma política expressa de acompanhamento sistemático de egressos, evidenciando que esses sujeitos ainda não são vistos como potenciais colaboradores do desenvolvimento da educação superior do país.

No campo da formação docente, um conjunto expressivo de estudos tem analisado, de um lado, quem escolhe a profissão docente e, de outro, como se caracteriza esse grupo profissional no mundo do trabalho. “Entretanto, pouco se conhece sobre o “meio do caminho”: quais são os egressos dos cursos de formação de professores que estão efetivamente entrando no mundo do trabalho formal no Brasil – em ocupações típicas, como a docência, ou não” (Vieira, Paul & Barbosa, 2023, p. 20-21). A relevância de melhor conhecer esse “meio do caminho” estabelece relação com o fato de que a formação de professores, na educação superior, desempenha papel central em políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade e a equidade do exercício da docência em sala de aula. Ainda que a simples titulação acadêmica seja insuficiente para avaliar a eficácia do professor, a realização de curso de graduação compatível com a área em que o docente leciona está associada a fatores de importância reconhecida, como o domínio do conteúdo e a adoção de métodos e recursos didáticos eficazes para os resultados educacionais dos estudantes, sobretudo em escolas públicas. Paralelamente a estes aspectos, estudos mostram que professores que ficam mais tempo na mesma escola (baixa rotatividade) conseguem consolidar suas experiências profissionais e favorecem o melhor desempenho dos estudantes, pois conseguem realizar um trabalho pedagógico mais sólido (Vieira, Paul & Barbosa, 2023; Carvalho et al., 2021).

Estudos sobre egressos de licenciaturas têm mostrado que há uma distância entre a conclusão de cursos de formação de professores de nível superior e o efetivo exercício da docência, afetando não apenas a composição do quadro de professores, mas os resultados que esse grupo alcança em sua inserção e trajetória profissionais. Em primeiro lugar, assim como ocorre em outros países latino-americanos, a profissão docente padece de baixo status social e carências estruturais no Brasil, como remuneração insatisfatória, carreira pouco atrativa, más condições de trabalho, que acabam por afugentar graduados, especialmente aqueles com formação inicial de qualidade (Vaillant, 2006; Louzano et al., 2010). As mesmas razões que reduzem a atratividade da carreira também levam muitos professores a procurarem empregos adicionais ou trabalharem em mais de uma escola, para garantir condições de sobrevivência. Esta realidade intensifica os processos de fadiga, de natureza diversa, e o desinvestimento profissional, prejudicando os

resultados escolares dos estudantes (Elacqua & Marota, 2019). Em segundo, por ser uma carreira predominantemente feminina, as decisões relativas à inserção profissional concorrem, fortemente, com outras decisões que, historicamente, recaem sobre a mulher e que geram impactos nas decisões familiares, tais como o bem estar familiar, o cuidado com criação dos filhos (Alves et al., 2016). Em meio a este cenário, podemos considerar, portanto, que o esforço de conhecer as trajetórias de egressos de cursos de licenciatura possibilitaria traçar políticas de formação inicial e continuada de professores que possam assegurar o fortalecimento do vínculo profissional com o magistério, podendo-se reverter os fenômenos do abandono da docência e da baixa atratividade da carreira (Gatti & Barreto, 2009).

No que diz respeito à formação inicial de licenciados para EPT, constatamos uma baixa oferta de cursos de licenciatura no Brasil. Em nossa pesquisa de doutorado, realizamos um levantamento dos cursos de licenciatura oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela Lei nº 11.892/2008 e que dá origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Este dispositivo legal estabelece, no seu art. 8º, que os Institutos devem garantir 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura e Programas de Formação Pedagógica, especialmente nas áreas de Ciências e Matemática e na Educação Profissional. Das 38 instituições que constituíam a Rede, à época da pesquisa, apenas 13 ofereciam cursos de licenciatura em áreas tecnológicas (34%). Destas, 12 ofereciam cursos de licenciatura em Computação e Informática, indicando uma prevalência desse tipo de curso de licenciatura, comparativamente a outros destinados a demais áreas da EPT.

Nesse levantamento, ficou evidente que, entre os IFs, a oferta de cursos de licenciatura para o ensino das disciplinas que integram os currículos das etapas da educação básica, o que vamos chamar, aqui, de disciplinas propedêuticas, era prevalente, sendo feita de forma contínua e mais consistente, comparativamente às licenciaturas para EPT. Quase a totalidade dos IFs ofereciam um ou mais cursos de licenciatura destinadas à docência nas etapas da educação da educação básica, um dado surpreendente, considerando que, mesmo em instituições com vocação histórica na EPT, as licenciaturas para a esta modalidade ocupam um lugar secundário na política de formação de professores. Pela sua trajetória histórica, essas instituições poderiam ajudar a reverter o quadro histórico de uma política de não formação de professores para a modalidade da EPT, mas o que vemos é uma oferta tímida de cursos, evidenciando que essa política é perpetrada pela RFEPCT, reforçando o pouco reconhecimento de ações de formação nesse campo da atuação docente.

Essa realidade política vem na contramão de desafios postos pelo mundo do trabalho, para o qual a formação sólida se faz necessária. É uma política que persiste aos tempos, apesar das "[...] exigências com relação ao perfil dos docentes da educação profissional [que] estão, hoje, mais elevadas [...]", afinal "Não é mais suficiente o padrão do artesanato, quando o mestre da oficina-escola se apresentava como o espelho que o aluno praticante deveria adotar como referência [...]" (Machado, 2008, p. 15). Essa política de não formação permanece, há muito, sendo reproduzida pelo poder público, que utiliza dispositivos legais para manter esse cenário desolador, a exemplo da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.

Essa Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), que integra a EPT, e em seu art. 40, Título IV, ela estabelece:

> A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2012).

Traduzindo: para o ingresso na docência na EPTNM, autoriza-se a formação em nível de graduação, sem estipular, contudo, que essa graduação seja uma licenciatura, apesar de definir que essa formação pode ser feita em *programas de licenciaturas*, que tem se configurado, ao longo dos anos, de modo geral, "[...] algo especial, emergencial, sem integralidade própria, que carece de marco regulatório [...]" (Oliveira, 2010, p. 468).

No bojo dos dispositivos legais que caminham na contramão da desregulamentação da docência para EPT conta-se, ainda, com a Lei nº 13.145 de 16 de fevereiro de 2017, que reconhece o *notório saber* e autoriza que

profissionais, que detenham essa condição, ministrem conteúdos de áreas afins à sua formação e/ou experiência profissional, no itinerário formativo da formação técnica e profissional.

Em 2022, a Resolução CNE/CP nº 1 de 6 de maio de 2022 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNMFormação). O artigo terceiro desta Resolução define que a formação inicial de professores para atuação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) deve ser realizada em nível superior, trazendo no inciso I os cursos de Licenciatura. Podemos inferir que, a despeito de outras possibilidades de curso elencadas neste artigo, os cursos de licenciatura tornam-se uma prioridade, colocando em pauta a necessidade de uma política de formação para a modalidade, que entendemos que deve englobar mecanismos e metodologias formativas que superem as concepções fragmentadas que atravessam esse campo formativo e tendem a orientar os processos de ensino-aprendizagem nesse campo de formação.

Isto posto, parece-nos evidente a necessidade de produção de pesquisas sobre egressos de cursos de licenciatura para áreas técnicas e tecnológicas, tendo em vista que estes cursos se mostram uma raridade e os poucos que existem resistem ao desinvestimento e à falta de incentivo para este tipo de formação. Trazer à tona os sujeitos egressos docentes de licenciatura para EPT é uma de forma a conhecer melhor aspectos da vida profissional desses sujeitos, suas percepções sobre a formação que obtiveram na licenciatura, suas perspectivas de desenvolvimento profissional na carreira docente, dentre outras questões, possibilitando entender, em um nível mais profundo, como se dá a inserção profissional na carreira docente em um contexto educacional cuja desregulamentação da profissão sobrevive aos tempos, apresentando-se como elemento constituinte deste campo de atuação profissional.

Tendo esse debate como pano de fundo, buscamos conhecer as trajetórias de inserção profissional de docentes licenciados em Computação, com vistas a encontrar respostas às seguintes questões: Como se deu o processo de inserção profissional de egressos licenciados em Computação? Essa inserção se deu na área em que esses egressos se formaram? Esses docentes conseguiram se inserir na docência da EPT? Quais os principais desafios enfrentados no processo de inserção na carreira docente? Qual a ocupação desses profissionais no mercado de trabalho? Quais percepções têm acerca da sua experiência de inserção profissional?

Procedimentos metodológicos

Este artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da referida universidade, realizada entre 2018-2022, contando, originalmente, com 39 participantes, egressos dos cursos de Licenciatura em Eletromecânica e Licenciatura em Computação, ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e oriundos de diferentes campi. O presente texto, porém, está concentrado em cinco egressos do curso de Licenciatura em Computação, que atuavam como docentes em sua área de formação.

A pesquisa foi realizada com o emprego do questionário semiestruturado para coleta de dados. Este instrumento foi elaborado no Google Formulários, contendo 26 questões, entre abertas e fechadas, que focavam aspectos distintos, visando traçar perfil o mais completo possível dos participantes. No processo de elaboração do questionário, conforme se apresentava a necessidade de aprofundamento da realidade dos licenciados, para o alcance dos objetivos da pesquisa, era solicitada justificativa dos participantes em algumas questões.

A escolha pelo questionário deu-se em função do contexto da pandemia da Covid-19, que inviabilizou encontros presenciais, por conta do cumprimento do distanciamento social. Além disso, os egressos residiam e trabalhavam em diferentes cidades e localidades do estado da Bahia, o que, mesmo em condições normais, tornaria inviável a realização de entrevistas presenciais. Apesar disso, reconhecemos as limitações apontadas por autores como Gil (2002) quanto ao uso de questionários, especialmente no que se refere à possibilidade de limitações interpretativas durante a coleta das informações. No entanto, o levantamento diagnóstico realizado previamente possibilitou mitigar essas limitações, pois o instrumento foi elaborado com base em um nível de aprofundamento contextual que permitiu extrair os elementos essenciais para uma análise qualificada, garantindo a validade da investigação.

O questionário permaneceu disponível por cerca de três meses, possibilitando que os participantes o acessassem e enviassem suas respostas dentro de um prazo flexível. As informações obtidas foram organizadas em

unidades de significação, as quais, posteriormente, deram origem a categorias de análise, que podem ser compreendidas como rúbricas sob as quais se agrupam elementos de conteúdo com sentido semelhante, permitindo a sistematização e aprofundamento da análise qualitativa (Dionne e Laville, 1999, p. 219).

Achados centrais da pesquisa

Os achados desta pesquisa, apresentados nesta seção, permitiram responder, em grande medida, às questões norteadoras apresentadas no início deste trabalho. Foi possível compreender o processo de inserção profissional de egressos da Licenciatura em Computação na carreira docente, bem como analisar os desafios específicos de inserção na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e as especificidades encontradas ao longo desse percurso. Além disso, a investigação possibilitou identificar a ocupação desses profissionais no mercado de trabalho e compreender suas percepções acerca das experiências vivenciadas durante o processo de inserção profissional.

Os dados obtidos em nossa pesquisa forneceram elementos consistentes para a construção das análises desenvolvidas ao longo dela, possibilitando o alcance dos objetivos propostos. Entretanto, é importante ressaltar que os resultados, aqui apresentados, devem ser compreendidos à luz de seu contexto histórico e social. As transformações que ocorrem no campo da educação, nas políticas públicas e nas condições de trabalho docente podem alterar, ao longo do tempo, as interpretações e os significados atribuídos aos fenômenos analisados. Dessa forma, os achados deste estudo não devem ser tomados como definitivos, mas como uma contribuição situada para a compreensão da inserção profissional de licenciados em Computação, passível de revisão e aprofundamento por pesquisas futuras.

Isto posto, iniciamos nossas discussões apresentando o perfil dos cinco egressos participantes de nossa pesquisa: quatro homens e uma mulher, dentre os quais três se encontravam na faixa etária de 20 a 30 anos e dois na faixa dos 30 a 40 anos, à época da coleta de dados. Esse grupo ingressou no curso da Licenciatura em Computação (LC) entre os anos de 2010 e 2013, concluindo-o entre os anos de 2016 e 2017. Estes egressos exerciam as seguintes funções docentes: um atuava no ensino superior, lecionando disciplinas de sua área de formação, enquanto os demais lecionavam no Ensino Fundamental (EF) – anos iniciais e finais. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da LC do IFBA prevê atuação nestas etapas de ensino da educação básica.

O docente com menor tempo de experiência tinha, apenas, um ano no magistério e lecionava nos anos finais do EF. Os demais tinham, pelo menos, dois anos ou mais de experiência na atividade de ensino, e esse mesmo tempo na atuação em seus respectivos espaços de trabalho (educação superior e nos anos iniciais do EF). Esse dado sugere que esses respondentes não tiveram experiências diversificadas no magistério, atuando, desde o ingresso na carreira, na mesma etapa da EB.

Campo de atuação profissional docente

Entre o grupo dos cinco egressos, quatro docentes atuavam no Ensino Fundamental (três nos anos iniciais e um nos anos finais), estavam vinculados a instituições públicas e privadas (quatro em instituições públicas e um em instituição privada) e lecionavam a disciplina de Informática Básica (IB). Havia um docente que atuava no Ensino Superior, mas que informou que também já havia passado pela EB, lecionando a referida disciplina para séries finais do Ensino Fundamental. Esse aspecto comum nos traz algumas considerações.

A disciplina de IB, segundo Matos (2013), é um componente que se constitui como ferramenta de promoção da cidadania. Para Lacerda (2012), diante da presença frequente das tecnologias no cotidiano, informática básica se torna indispensável:

> [...] necessitamos de conhecimentos em softwares para a vida em sociedade. [...] caixas bancários e celulares necessitam cada vez mais de usuários capacitados para poder usá-los. [...] vemos a necessidade de inserir a informática no contexto educacional em diversas disciplinas a fim de construir conhecimento para o uso das diversas ferramentas e linguagens no contexto escolar e também no dia a dia (Lacerda, 2012, p. 4).

Todavia, essa não é uma disciplina ofertada de forma regular na EB, sobremaneira na rede pública de ensino, o que significa dizer que não existem garantias de que licenciados em Computação tenham assegurado esse contexto educacional como lócus de atuação profissional, conforme esclarecem Castro & Vilarim (2013). Esses autores alertam para a oferta irregular de IB e, mesmo quando a disciplina existe, "[...] ainda é raro encontrar nela o licenciado em Computação" (Castro & Vilarim, 2013, p. 21), porque, muitas vezes, são os profissionais técnicos de informática que são contratados para lecioná-la, em detrimento de licenciados. Lembramos, ainda, que a IB não figura entre os componentes curriculares obrigatórios previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na Bahia, estado onde se formaram e residiam os licenciados, a IB não se constitui, ainda, disciplina obrigatória nos currículos escolares do Ensino Médio, muito menos do Ensino Fundamental – ao menos em instituições públicas, conforme aponta o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) (Bahia, 2022) nos respectivos volumes que tratam dessas etapas de ensino da educação básica. O DCRB traz uma discussão sobre a cultura digital na formação de jovens e adolescentes, que aparece como tema integrador, colocando em relevo a importância de uma escolarização digital; porém, não assegura a oferta de disciplinas nessa direção.

Percepções do trabalho docente no contexto do ensino da computação

Questionamos os participantes sobre como se sentiam em relação ao nível de ensino no qual atuavam, oferecendo como possibilidades de resposta: *muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito e insatisfeito*. Dois participantes declararam estar *muito satisfeito e satisfeito*, enquanto os demais, três participantes, responderam estar *pouco satisfeito*. Para nossa pesquisa, estar muito satisfeito (muito) representava estar contente, pleno com o que se fazia; pouco satisfeito, significava estar acomodado com o que fazia, mas a situação/condição poderia ser melhor; estar insatisfeito, ao contrário dos dois primeiros, representava estar descontente, desgostoso com o que se fazia. Quando abrimos para justificativas, intencionamos buscar mais esclarecimentos, por parte dos participantes, sobre as motivações que os levavam a se sentir da forma como se declaravam. Nesse sentido, três motivações foram apontadas para o descontentamento em relação ao nível de ensino no qual se atuava, à época da pesquisa: pouco tempo para planejamento (grande número de turmas e alta carga horária de trabalho); falta de estrutura e material didático para o ensino da Computação; falta de reconhecimento do profissional licenciado em computação; e falta de oportunidade para atuar no contexto da EPT.

A intensificação da carga horária de trabalho docente e outros fatores que contribuem para a baixa atratividade da carreira, como condições insatisfatórias do local de trabalho e baixos salários, têm gerado uma intensa precarização da docência. Uma alta carga horária, expressa em um número significativo de turmas para lecionar, gerando uma sobrecarga sobre o profissional, reflete em tempo cada vez mais escasso para preparação de aulas e prejuízo à qualidade de vida e do trabalho (André, 2015). O docente passa a sentir dificuldades para atender demandas e especificidades de aprendizagem que lhe são requeridas.

A falta de estrutura e a ausência de material didático, sinalizadas, também, como um dos fatores que geravam insatisfação em relação à atuação na educação básica, reforçam a precarização que atinge a docência. Segundo Castro & Vilarim (2013), os licenciados em Computação podem enfrentar problemas dessa natureza. A falta de estrutura, segundo os autores, está retratada na inexistência do aparato necessário e indispensável ao profissional da área, como internet, computadores, softwares e aplicativos com licenças, bem como do material didático para ações de intermediação de conteúdos da área.

Esse ponto chama atenção, ainda, para as dificuldades que podem ser enfrentadas pelos egressos, no que tange ao ensino dos conteúdos em sala de aula. A transposição didática, que implica o 'trabalho' que faz de um objeto de *saber a ensinar* um *objeto de ensino* (Chevellard, 1991), torna-se ainda mais complexa. O domínio do conteúdo, por si, é indispensável, assim como é dominar a dimensão didático-metodológica, mas a ausência de materiais que deem suporte ao docente, sobretudo ao estudante, para compreender o objeto de ensino abordado em sala de aula, compromete muito a aprendizagem.

No processo de inserção na docência, em sua área, os participantes declararam enfrentar dificuldades quanto ao reconhecimento da função docente do licenciado em Computação. Segundo um dos docentes: *As pessoas acham*

que, pelo fato de usar o computador, o profissional é qualificado para qualquer atividade que use coisas como edição de imagem, de vídeo, utilização de ferramentas de escritório e suporte técnico. Em outras palavras, apesar de contratados para exercer a função docente, muitas vezes são confundidos com profissionais técnicos da área, sendo-lhes demandadas atividades que se juntam a demandas docentes, sem que tenham relação com a atividade docente.

Esse fato encontra eco nos processos de socialização profissional vividos por docentes que ingressam na carreira. Segundo Garcia (2009), quando um novo professor se insere na cultura escolar, experimenta situações importantes no processo de interiorização de aspectos da profissão docente, em especial o reconhecimento da sua condição de docente de uma determinada área. Quando as relações entre os pares decorrem de modo positivo, fortalecem-se os laços com o trabalho, com a profissão, com os colegas, o que torna o ambiente seguro, acolhedor e agradável para o iniciante conviver. Do contrário, quando resultam em vivências negativas, afrouxam-se os vínculos iniciais com a profissão, enfraquecendo a relação do novo professor com o contexto de trabalho, que pode se tornar um lugar indesejável.

Esse desrespeito profissional pode gerar uma crise com a profissão, levando esses professores a conviver, precocemente, com o dilema da permanência ou do abandono da carreira. A inclinação ao abandono é algo recorrente nos primeiros anos de trabalho, sendo decorrente de múltiplos fatores, entre eles: a formação deficitária, as limitações impostas pelas condições materiais inadequadas de trabalho, a remuneração aviltante, o isolamento imposto pelo individualismo pedagógico e a inexistência de políticas de indução profissional.

Esse aspecto relaciona-se com a pergunta seguinte dirigida aos respondentes: "Alguma coisa faria você desistir da carreira?". Três dos cinco participantes da pesquisa, afirmaram que sim, sinalizando: *oportunidade de trabalho financeiramente atrativa em outras profissões e dificuldades de lidar com condições precárias de trabalho*. Essas respostas ensejam que os egressos da LC, apesar de uma área que parece inovadora e promissora, vivem situações similares aos docentes de demais áreas e disciplinas, estando expostos ao contexto de desvalorização do magistério. Para alguns, o não reconhecimento da singularidade de seu trabalho na escola parece agravar essa desvalorização. Isto é preocupante, considerando que, segundo Castro & Vilarim (2013, p. 21), "a atuação de licenciados(as) em Computação não se restringe ao exercício da docência na sala de aula; o agir educacional desse(a) profissional é mais amplo". O que os autores querem dizer é que estes profissionais podem se envolver com a construção de softwares educativos e objetos de aprendizagem, além de poderem atuar em equipes multidisciplinares em ambientes de educação formal e não formal. Dessa forma, existe a possibilidade de inserção profissional em outros contextos laborais e isto acende um sinal de alerta: o risco de perda de profissionais devidamente habilitados para o ensino da Computação nas várias modalidades e níveis de ensino em que exista a possibilidade de ministrar disciplinas ligadas ao campo. Essa situação se agrava face à restrita oferta de funções docentes em formações abarcadas pela modalidade da EPT, aspecto indicado pelos egressos como motivo de descontentamento em relação ao nível de ensino no qual se atuava. Destacamos melhor esse aspecto na sessão a seguir.

Perspectivas de inserção docente na EPT

Na sessão anterior, os egressos pouco satisfeitos ou insatisfeitos com nível de ensino em que atuavam indicaram a falta de oportunidade para atuar na EPT como um dos motivos. Isto significa que, até aquele momento, existia uma frustração pela não inserção na ETP, que, talvez, representasse um projeto de vida ainda não concretizado, reverberando na atuação exercida no momento em que a pesquisa foi realizada. Esta questão se une ao questionamento direcionado ao grupo sobre suas perspectivas de inserção profissional na docência na EPT, dando como opções de resposta: *ótima, boa, razoável, desanimadora e não sei avaliar*. O grupo se mostrou dividido: dois respondentes consideraram que as perspectivas são ótimas; outros dois, desanimadoras; e um respondente assinalou a opção boa.

Para quem considerou que as perspectivas de inserção se mostravam *ótima* e *boa*, as justificativas apontavam a presença da tecnologia no cotidiano da vida social como uma tendência a investimento na educação digital. Assim declarou um dos egressos: É *preciso pessoas capacitadas para instruir os indivíduos sobre seu uso e criação.*

Essa visão é reforçada por França & Tedesco (2015), que enxergam a inclusão de tecnologia nas escolas como uma forma de desenvolver o pensamento computacional e os licenciados em Computação contribuíram de forma significativa para essa tarefa. Segundo os autores:

> O interesse pela disseminação do pensamento computacional no ambiente escolar é crescente tendo envolvido a participação de pesquisadores e educadores de diferentes países, incluindo o Brasil. [...] [dessa forma] O ensino do pensamento computacional na educação básica brasileira irá requerer a formação de professores especializados para atuarem nas escolas (França & Tedesco, 2015, p. 1465-1467).

Depreende-se, dessa forma, que lecionar na área da computação não se trata somente de "[...] compreender a máquina, mas também de criar um pensamento computacional" (Wing, 2006 apud Matos, 2013, p. 27), o que requer a presença de professores com exímia formação teórica, didática e pedagógica.

Os egressos que declararam ter uma visão *desanimadora* foram unânimes em apontar a falta de oportunidades no mercado para licenciados e quando perguntado ao que se poderia atribuir a não inserção deles na EPT, voltou à cena a justificativa da falta de oportunidade na área.

Essa é uma questão histórica na EPT e uma possível resposta está ligada à ausência de formação docente para o exercício do magistério nesta modalidade, o que fez desta uma área aberta para o ingresso de profissionais bacharéis. Essa inserção encontra limites na desproporcionalidade de funções docentes entre etapas da educação da educação básica, especificamente o ensino fundamental e médio, e a EPT. Numa breve análise do universo de escolas que ofertam essa modalidade e de escolas que oferecem as etapas do ensino fundamental e ensino médio da EB, no Brasil, é possível observar que do total de 6.410 estabelecimentos de EPT existentes, exclusivos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma Integrada, 1.388 são estaduais, 542 federais e 184 privados, conforme o Censo Escolar da Educação Básica de 2019 (Brasil, 2020). No estado da Bahia, lócus da pesquisa, esses dados se dividem da seguinte forma: são 409 estabelecimentos, no total, sendo 31 pertencentes à rede federal, 161 pertencentes à rede estadual e 27 pertencentes à rede privada.

Apenas com o número total de estabelecimentos de educação básica, considerando as etapas do ensino fundamental e ensino médio, é possível perceber a grande diferença em relação à EPT, que é infinitamente menor. Uma análise superficial nos mostra que os 16.682 estabelecimentos de educação básica, que oferecem as etapas ensino fundamental e ensino médio, ultrapassam a quantidade de estabelecimentos da EPT, que se mostra quase proporcional à quantidade de matrículas na área. Nesse quesito, segundo o Censo Escolar de 2019 (Brasil, 2020), a educação básica alcança 47.382.074 unidades escolares, distribuídas em diferentes etapas e modalidades de ensino, mas, deste montante, apenas 2.152.506 matrículas contemplam a educação profissional e tecnológica em todo o país. Trazendo a Bahia para este cenário, segundo o Resumo Técnico do Estado da Bahia (Brasil, 2019), o número total de matrículas da educação profissional cresceu 28,7% de 2017 a 2021, chegando a 158.562 matrículas, um número expressivo, mas ainda baixo, se comparado ao número de estabelecimentos, de matrículas e, por conseguinte, de funções docentes em relação a etapas do ensino fundamental e do ensino médio.

Esses números retratam que a função docente, de modo geral, encontra mais espaço em etapas da EB que na EPT. Sabemos que a Educação Básica, no que tange ao Ensino Fundamental, por exemplo, se caracteriza como uma oferta obrigatória, entretanto, a EPT é vista como setor, extremamente, estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país. Apesar disso, perante a realidade apresentada, a EPT ainda se encontra dentro de um cenário letárgico de crescimento, trazendo como consequência, direta ou indiretamente, a baixa absorção de docentes egressos de licenciaturas como a LC.

É válido lembrar que, como um projeto de desenvolvimento nacional, que busca se consolidar como soberano, sustentável e inclusivo, a Educação Profissional e Tecnológica é convocada não somente para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas também para contribuir com a elevação da escolaridade de trabalhadores e trabalhadoras em geral. Assim, ampliando-se o entendimento a respeito da EPT, essa modalidade contempla processos educativos e investigativos de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, de fundamental importância para o desenvolvimento nacional, e o atendimento de demandas sociais e regionais, o que requer o provimento de

quadros de formadores com padrões de qualificação adequados à atual complexidade do mundo do trabalho (Machado, 2008). Nesse sentido, regulamentar a profissão docente nessa área é uma decisão política urgente.

Os processos de seleção para o magistério na EPT carecem de regulamentação, para que sejam priorizados profissionais licenciados, sobretudo quando da existência de cursos de formação para a área, como o da LC, tendo como segunda alternativa a absorção de profissionais com formação pedagógica. Uma decisão política dessa natureza ampliaria o ingresso de profissionais habilitados para o magistério na área, reduzindo a presença de não licenciados, o que qualificaria, mais e melhor, a formação de futuros técnicos na área. Conforme aponta Machado (2008, p. 14):

> Para formar a força de trabalho requerida pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso um [...] perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares.

Ainda sobre essa questão, vale salientar que a EPT apresenta um cenário de inserção profissional no qual são escassos os concursos públicos para as redes de ensino, dificultando a absorção de egressos de licenciatura para área. Durante a realização da nossa investigação, constatamos que, no Estado da Bahia, por exemplo, as seleções, via de regra, ocorrem por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), uma contratação instituída no Estado, por lei específica (Lei nº 6.403, de 20 de maio de 1992), que visa regular e atender a demanda de contratação de pessoal por tempo determinado, de acordo com necessidade temporária de excepcional interesse público.

Os contratos do tipo REDA têm validade de dois anos, podendo ser e, comumente, são renovados por mais dois. Em uma busca rápida no portal[1] da educação do governo do Estado da Bahia, identificamos seleções para educação profissional técnica de médio ocorridas nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2022. Considerando o intervalo entre as seleções, dentro desse modelo de seleção, a contratação de novos docentes pode chegar a ocorrer, apenas, a cada quatro anos, mas a oferta de cursos de formação profissional técnica de nível médio mantém-se de forma regular. Isto implica considerar que outros profissionais, talvez, não licenciados, assumam a docência neste campo, mantendo o histórico de profissionais não licenciados na EPT e alimentando a política de não formação docente para essa modalidade de ensino.

Considerações finais

Os dados da pesquisa, tratados neste artigo, mostraram que o cenário de inserção profissional de docentes egressos do curso de LC se mostra complexo, indicando um conjunto de dilemas e desafios profissionais singulares. A área de inserção não foi a EPT, que seria a expectativa natural, mas sim outras áreas da docência da educação básica, como anos iniciais e finais do ensino fundamental. Nesse quesito, os achados evidenciam que os docentes egressos se inseriram na carreira docente, mas ficou evidente que o processo se deu em meio a dificuldades, dentre as quais o número reduzido de funções docentes para este tipo de formação, que conta com um largo histórico de prevalência de profissionais bacharéis e/ou técnicos de informática atuando como docentes nessa área.

Para além das restrições de inserção na docência, os participantes sinalizaram que, ao se inserirem profissionalmente na docência, tiverem que lidar com situações de desrespeito decorrentes das dificuldades de compreensão do papel singular de um licenciado em Computação na educação básica. Ou seja, os egressos se ressentem do pouco reconhecimento do peso distintivo da sua formação no processo de formação de jovens e crianças do ensino fundamental e do ensino médio. Esse pouco reconhecimento está atribuído, em parte, às precariedades da formação inicial para lidar com as demandas da docência na área, sobretudo por conta da inadequação da formação didática específica.

Analisamos que este problema tem forte ligação com percepções expressas pelos participantes da nossa pesquisa, quando sinalizam a ausência de formação pedagógica de professores que atuaram em sua formação, algo comum na EPT. Os egressos chamam, assim, a atenção para a necessidade de se pensar em formas de recrutamento de professores que vão atuar em cursos de licenciatura para esta modalidade, priorizando os profissionais que tenham

[1] https://institucional.educacao.ba.gov.br/selecaoconcursos

formação pedagógica e experiência na formação de professores. Isto coloca-se como desafio para IFs, no que diz respeito ao investimento em políticas de desenvolvimento profissional docente em serviço de seus professores formadores, de forma a garantir, a eles, o conhecimento pedagógico necessário para atuar em curso de licenciatura.

O contexto da inserção profissional dos egressos da LC apresenta similitudes em relação aos docentes de outras áreas e/ou etapas de ensino, como: condições materiais de trabalho inadequadas, remuneração não proporcional à responsabilidade social de um docente, carreiras pouco atrativas, contratos de trabalho precários, dentre outras. Porém, entendemos que a estes fatores agregam-se outros que impõem aos egressos da LC uma inserção e um exercício profissional, na docência, ainda mais difícil e complexo, se levarmos em consideração, por exemplo, a ausência de materiais didáticos para a área da computação, como livros didáticos para o ensino de seus conteúdos da área, e a concorrência com outros profissionais para ocupação dos parcos espaços existentes no mundo do trabalho.

Todo esse cenário coloca a LC no mesmo patamar das demais licenciaturas: a baixa atratividade. Este ponto é ainda mais preocupante na EPT, posto que os cursos de formação profissional técnica de nível médio – seja na forma integrada, seja na forma subsequente, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no nível médio, na formação continuada ou na educação tecnológica – são crescentes no Brasil, fruto da necessidade de atendimento das demandas produtivas, por meio da formação de trabalhadores especializados (Castro & Vilarim; Vilarim, 2013; Matos, 2013).

Essa realidade infere que licenciados em Computação teriam papel fundamental em um projeto de desenvolvimento nacional, atuando na qualificação da classe trabalhadora e, por via de consequência, oferecendo mais qualidade ao trabalho realizado nas/pelas empresas, que retorna para a sociedade. O expurgo desses egressos do contexto da EPT em nada contribui para a construção de um projeto de país que tem na formação de seus trabalhadores um dos eixos motores do seu desenvolvimento.

Paralelamente a isto, entendemos ser necessário que o Estado desenvolva políticas de regulamentação e regulação do exercício do magistério na EPT, hoje determinado, quase que exclusivamente, pelos interesses do mundo da produção e pelas formas de contratação definidas por escolas do setor privado. Esses segmentos, em geral, são avessos aos ordenamentos legais que regulam a formação de professores no Brasil e o exercício profissional nos sistemas de ensino. Torna-se imprescindível e urgente, ao menos, fazer valer o que preconiza a LDB nº 9.394/96, no que trata da necessidade da formação pedagógica em nível superior como pré-requisito ao exercício da docência na Educação Básica. Caso contrário, prevalecerá a escolha de professores pela lógica do notório saber ou pela máxima de que *aquele que sabe fazer é capaz de ensinar*.

Os dados da pesquisa indicam que há a necessidade urgente do aprofundamento do debate político-pedagógico sobre a formação e o trabalho docente na área da EPT, inclusive pelo campo pedagógico. Faz-se necessário reverter o cenário histórico de negligência com a formação de docentes para essa modalidade de ensino. A regulamentação de uma política de formação para o campo se mostra essencial, de modo mais urgente no contexto dos Institutos Federais, que têm tradição na oferta dessa modalidade de ensino e são instâncias que têm ofertado, de modo contínuo, ainda que de forma tímida, a formação docente para a EPT.

Acreditamos que a inserção profissional dos egressos em LC na docência dependerá de uma ampla ação política em várias vertentes: uma política de estado comprometida com o acompanhamento de egressos nos sistemas de ensino, além de uma política de regulamentação e regulação do exercício da docência na EPT, priorizando a contratação de profissionais com habilitação para o magistério, com a qualificação dos projetos de formação inicial e o desenvolvimento de ações que contribuam para qualificar a formação pedagógica dos professores formadores; por fim, mas não menos importante, a institucionalização de políticas de indução profissional, de modo a favorecer o pleno desenvolvimento profissional de docentes iniciante, visando fortalecer os vínculos com a profissão e a carreira. Enxergamos que somente abrindo essas frentes de ação pode-se considerar ser possível tornar a carreira docente, sobretudo na EPT, mais atrativa, mais prazerosa, mais socialmente respeitada, à medida que se mitiga os índices de rejeição da profissão e de evasão na carreira.

Dessa forma, podemos considerar que os achados da nossa pesquisa, aqui apresentados de forma mais atualizada, em relação ao primeiro relatório, podem contribuir tanto para a ampliação teórico-prática do campo da formação de professores para EPT, quanto para a prospecção de políticas relativas à docência nesta modalidade.

Referências

ALVES, R. *et al*. Ser ou não ser professor da Educação Básica? Salário esperado e outros fatores na escolha ocupacional de concluintes de licenciaturas. Rio de Janeiro: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE), 2016. Texto para Discussão, n. 120. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/cede/tds/TD120.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

ANDRÉ, M. Políticas de formação continuada e de inserção à docência no Brasil. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 19, n. 1, p. 34-44, jan./abr. 2015. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.191.03/4570. Acesso em: 12 fev. 2019.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Documento Curricular Referencial da Bahia: educação infantil e ensino fundamental. Volume 1. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia; Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2022. Disponível em: http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Documento-Curricular-Referencial-da-Bahia-para-a-Educacao-Infantil-e-Ensino-Fundamental.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Documento Curricular Referencial da Bahia: etapa ensino médio. Volume 2. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia; Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2022. Disponível em: http://dcrb.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/DCRB-09_08_22_COM-MATRIZES.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

BAHIA. Secretaria da Educação. Seleções e concursos. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, [s.d.]. Disponível em: https://institucional.educacao.ba.gov.br/selecaoconcursos. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília, DF: MEC/Inep, 2020. Disponível em: http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 set. 2012, Seção 1, p. 22.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**.** Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Estado da Bahia. Lei nº 6.403, de 20 de maio de 1992. Reajusta os vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores públicos estaduais; institui o Grupo Ocupacional Serviço Público de Comunicação Social da Administração Direta do Estado; dispõe sobre o regime especial de contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1992. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85542/lei-6403-92. Acesso em: 10 dez.2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico do Estado da Bahia: Censo Escolar da Educação Básica 2019. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: Acesso em: 10 dez.2021

CARVALHO, P. L. et al. Competências genéricas auto referidas por universitários brasileiros. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Arizona, USA, v. 29, n. 14, p. 1-22, jan./july. 2021. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.29.5315 .

CASTRO, G. S; VILARIM, G. de O. Licenciatura em computação no cenário nacional: embates, institucionalização e o nascimento de um novo curso. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 13, n. 148, p. 18-25, set. 2013. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21635/11571. Acesso em: 6 nov. 2021.

CHEVALLARD, Y. La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado. Argentina: La Pensée Sauvage, 1991.

COSTA, M. A. Políticas de formação docente para educação profissional: realidade ou utopia? Curitiba: Appris, 2016. 287 p.

ELACQUA, G.; MOTTA, L. Do multiple school jobs affect teacher performance?: Evidence from Brazil. Inter-American Development Bank, Washington, 2019. p. 18. IDB Working Paper, n. 1051. Disponível em: https://publications.iadb.org/en/do-multiple-school-jobs-affect-teacher-performance-evidence-brazil. Acesso em: 23 jun. 2021.

FERRETI, C. J. Educação profissional. *In:* OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancella; VIEIRA, Lívia Maria Fraga (ed.). Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/253-1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

FRANÇA, R. S; TEDESCO, P. C. de A. R. Desafios e oportunidades ao ensino do pensamento computacional na educação básica no Brasil. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 4.; CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE OBJETOS E TECNOLOGIAS DE APRENDIZAGEM, 10., 2015, Maceió. Anais [...]. Maceió: SBC, 2015. p. 1464-1473. Disponível em: https://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/6331/4440. Acesso em: 20 nov. 2021.

GARCÍA, C. M. Los comienzos en la docencia: um profesorado con buenos princípios. Profesorado: revista de currículum y formación del profesorado, Buenos Aires, v. 13, n. 1, p. 1-35, 2009. Disponível em: http://www.ub.edu/obipd/los-comienzos-en-la-docencia-un-profesorado-con-buenos-principios/. Acesso em: 20 jun. 2019.

GARCÍA, C. M; VAILLANT, D. Políticas y programas de inducción en la docência em Latinoamérica. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1224-1249, out./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/yHHMMHyY7TnCtkZFGCQrsKP/?lang=es. Acesso em: 20 jun. 2019.

GARIGLIO, J. A.; BURNIER, S. L. Os professores da educação profissional: saberes e práticas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 934-959, out./dez. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/198053142880. Acesso em: 20 jun. 2019.

GATTI, B. A. *et al.* A atratividade da carreira docente no Brasil. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2009. 82 p. (Série Estudos e Pesquisas Educacionais). Disponível em: http://www.zerohora.com.br/pdf/15141177.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. (Coords.). Professores do Brasil*:* impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009. 294 p. Disponível em: https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

LACERDA, M. Informática como disciplina obrigatória na educação básica. *In:* ENCONTRO VIRTUAL DE DOCUMENTAÇÃO EM SOFTWARE LIVRE, 9.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA ONLINE, 6., 2012, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 1-10. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/1882. Acesso em: 28 fev. 2021.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 344 p.

LOUZANO, P. et al. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação do docente no Brasil. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, dez. 2010.

MACHADO, L. R. de S. Diferenciais inovadores na formação de Professores para a educação profissional. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2008. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862. Acesso em: 20 ago. 2018.

MATOS, E. de S. Identidade profissional docente e o papel da interdisciplinaridade no currículo de licenciatura em computação. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 13, n. 148, p. 26-34, set. 2013. Disponível em: https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21778/11572. Acesso em: 20 jun. 2021.

OLIVEIRA, M. R. N. S. A formação de professores para a educação profissional. *In*: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas *et al*. (Orgs.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*:* avaliação educacional, educação a distância e tecnologias da informação e comunicação, educação profissional e tecnológica ensino superior, políticas educacionais, relações raciais e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 454-478. (Coleção Didática e prática de ensino). Disponível em: http://endipe.fae.ufmg.br/livros/Livro_3.PDF. Acesso em: 15 maio 2020.

PAUL, J-J. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, maio/ago. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000200005. Acesso em: 22 jan. 2020.

PETEROSSI, H. G. A formação dos formadores: pressupostos e reflexões sobre a formação de professores para o ensino técnico, a partir de uma perspectiva de pedagogia em ato. 1992. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.

PETEROSSI, H. G. Formação do professor para o ensino técnico. São Paulo: Loyola, 1994. 191 p.

SILVA JÚNIOR, G. S.; GARIGLIO, J. A. Saberes da docência de professores da educação profissional. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 871-892, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zQ76GqBLy78YG9g68VbXkGd/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

SIMON, L. W.; PACHECO, A. S. V. Caminhos para a formulação de uma política pública de acompanhamento de egressos do ensino superior. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, Santa Maria, v. 9 n. 18, p. 1-17, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5902/2318133847089. Acesso em: 22 jan. 2020.

SOUSA, Laura Maria Andrade de; MOURA, Maria da Glória Carvalho. A especificidade da docência na educação Profissional e tecnológica: desafios e Perspectivas. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, vol. 1, n. 16, 2019, p. 1-17. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7506/pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

TARTUCE, G. L. B. P.; NUNES, M. R.; ALMEIDA, P. C. A. Alunos do Ensino Médio e atratividade da carreira docente no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 445-477, maio/ago. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/hBtRyWXHrYrGPzR7RsV6LCh/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

VAILLANT, D. Atraer y retener buenos profesionales en la profesión docente: políticas en Latinoamérica. Revista de Educación, Espanha, v. 340, p. 117-140, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.educacionfpydeportes.gob.es/revista-de-educacion/numeros-revista-educacion/numeros-anteriores/2006/re340/re340-04.html. Acesso em: 20 mai. 2020.

VIEIRA, André de Holanda Padilha; PAUL, Jean-Jacques; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A entrada dos egressos de licenciaturas da educação superior na docência. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 28, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100006. Acesso em: 10 ago. 2024.

Editor Responsável: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Recebido/Received: 28.06.2025 / 06.28.2025

Aprovado/Approved: 30.06.2026 / 06.30.2026